

Panorama da violência obstétrica no Brasil: Uma revisão narrativa

Overview of obstetric violence in Brazil: A narrative review

Panorama de la violencia obstétrica en Brasil: Una revisión narrativa

Recebido: 30/09/2024 | Revisado: 22/10/2024 | Aceitado: 24/10/2024 | Publicado: 27/10/2024

Genilson de Jesus Conceição

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3467-8306>
Faculdade Brasileira do Recôncavo, Brasil
E-mail: genilsonconceicao308@gmail.com

André Santos Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8838-2618>
Faculdade Brasileira do Recôncavo, Brasil
E-mail: enfoandrefreitas@hotmail.com

Luana Araújo dos Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9263-083X>
Faculdade Brasileira do Recôncavo, Brasil
E-mail: luana.reis@atmos.edu.br

Resumo

Introdução: A violência obstétrica, uma grave forma de violência de gênero, permanece como um problema significativo no Brasil, refletindo práticas inadequadas e desumanizantes no atendimento a mulheres durante o ciclo perinatal. **Objetivo:** Traçar um perfil abrangente da violência obstétrica no Brasil. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura publicada entre 2014 e 2023, nas bases de dados Scielo, Lilacs e PubMed. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo, a pesquisa inclui pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados para oferecer uma compreensão aprofundada da violência obstétrica e o papel da enfermagem na promoção de um atendimento humanizado e livre de abusos. **Resultados:** Os resultados destacam que a violência obstétrica no Brasil se manifesta em formas físicas e psicológicas, comprometendo a autonomia e a saúde mental das mulheres. Identificam-se práticas desumanizantes e a falta de formação adequada dos profissionais de saúde como fatores que perpetuam essa violência. A pesquisa ressalta a necessidade urgente de reformas na formação dos profissionais e na implementação de políticas que assegurem um atendimento mais ético e respeitoso. **Considerações finais:** As conclusões sugerem a importância de uma abordagem crítica e informada para enfrentar a violência obstétrica, promovendo um ambiente de parto que priorize a dignidade e o bem-estar das mulheres.

Descritores: Violência obstétrica; Enfermagem; Parto.

Abstract

Introduction: Obstetric violence, a severe form of gender-based violence, remains a significant issue in Brazil, reflecting inadequate and dehumanizing practices in the care of women during the perinatal cycle. **Objective:** To outline a comprehensive profile of obstetric violence in Brazil. **Materials and Methods:** This is an narrative literature review of publications from 2014 to 2023, sourced from the Scielo, Lilacs, and PubMed databases. Using content analysis methodology, the research includes pre-analysis, exploration of the material, and interpretation of the results to provide an in-depth understanding of obstetric violence and the role of nursing in promoting humanized and abuse-free care. **Results:** The findings highlight that obstetric violence in Brazil manifests in both physical and psychological forms, compromising women's autonomy and mental health. Dehumanizing practices and the lack of adequate training for healthcare professionals are identified as factors that perpetuate this violence. The research underscores the urgent need for reforms in professional training and the implementation of policies that ensure more ethical and respectful care. **Conclusions:** The findings suggest the importance of a critical and informed approach to addressing obstetric violence, promoting a birthing environment that prioritizes the dignity and well-being of women.

Keywords: Obstetric violence; Nursing; Childbirth.

Resumen

Introducción: La violencia obstétrica, una grave forma de violencia de género, sigue siendo un problema significativo en Brasil, reflejando prácticas inadecuadas y deshumanizantes en la atención a las mujeres durante el ciclo perinatal. **Objetivo:** Trazar un perfil integral de la violencia obstétrica en Brasil. **Materiales y Métodos:** Se trata de una revisión narrativa de la literatura publicada entre 2014 y 2023, en las bases de datos Scielo, Lilacs y PubMed. Utilizando la metodología de análisis de contenido, la investigación incluye preanálisis, exploración del material e interpretación de los resultados para ofrecer una comprensión profunda de la violencia obstétrica y el papel de la enfermería en la promoción de una atención humanizada y libre de abusos. **Resultados:** Los resultados destacan que la violencia

obstétrica em Brasil se manifesta em formas físicas e psicológicas, comprometendo a autonomia e a saúde mental das mulheres. Se identificam práticas deshumanizantes e a falta de formação adequada dos profissionais de saúde como fatores que perpetuam esta violência. A investigação ressalta a necessidade urgente de reformas na formação dos profissionais e na implementação de políticas que assegurem uma atenção mais ética e respeitosa. Considerações finais: As conclusões sugerem a importância de um enfoque crítico e informado para enfrentar a violência obstétrica, promovendo um ambiente de parto que priorize a dignidade e o bem-estar das mulheres.

Palavras chave: Violência obstétrica; Enfermeira; Parto.

1. Introdução

A violência obstétrica é um fenômeno de dimensões globais que afeta profundamente a experiência das mulheres durante o ciclo perinatal, abrangendo desde o pré-natal até o pós-parto (Alves, 2017; Diniz et al., 2015). No Brasil, a violência obstétrica se manifesta de múltiplas formas, como abuso verbal, procedimentos médicos desnecessários e discriminação baseada em gênero e status socioeconômico (Bernardo & Queiroz, 2020). Essencialmente, esse tipo de violência reflete a apropriação do corpo da mulher e dos processos reprodutivos por profissionais de saúde, resultando em um tratamento desumanizado e na diminuição da autonomia da paciente (OMS, 2021; Carvalho et al., 2022).

O parto, enquanto evento fisiológico e emocionalmente complexo, envolve múltiplas dimensões, incluindo aspectos fisiológicos, emocionais e sociais (Silva, 2022; Commadre, 2019). Commadre (2019) enfatiza a importância de reconhecer e respeitar esses aspectos para assegurar uma experiência de parto positiva e respeitosa. No entanto, a realidade em muitas instituições de saúde brasileiras frequentemente revela uma discrepância significativa entre o ideal e a prática, resultando em violação dos direitos das mulheres e experiências traumáticas durante o parto (Alves, 2017; Domingues et al., 2018; Santos et al., 2020).

A perpetuação da violência obstétrica é influenciada por diversos fatores, incluindo a pressão institucional por partos rápidos e a formação inadequada dos profissionais de saúde (Matos et al., 2017; Reis et al., 2019). A falta de empatia e a negligência em relação às necessidades emocionais e psicológicas das mulheres são críticos e indicam a necessidade urgente de reavaliação e melhoria das práticas de atendimento obstétrico (Ribeiro et al., 2021; Oliveira & Lima, 2023). Estudos recentes sugerem que a formação contínua dos profissionais de saúde e a implementação de políticas que promovam o respeito pelos direitos das mulheres durante o parto são essenciais para a redução da violência obstétrica e para a promoção de um atendimento mais humanizado e ético (Barros et al., 2022; Santos et al., 2023).

A revisão narrativa da literatura realizada neste estudo busca explorar a magnitude e as nuances da violência obstétrica no Brasil, utilizando uma abordagem metodológica rigorosa para analisar e sintetizar dados provenientes de diversas fontes acadêmicas e clínicas. Esta metodologia visa não apenas mapear o panorama atual da violência obstétrica, mas também identificar áreas críticas para intervenções e melhorias nas práticas de atendimento, com o intuito de promover um ambiente mais seguro e respeitoso para as mulheres durante o parto.

2. Metodologia

A metodologia científica é indispensável para que um artigo seja considerado rigoroso e permita a replicação dos resultados (Pereira et al., 2018). Este estudo adotou uma revisão narrativa da literatura (Cavalcante & Oliveira, 2020; Rother, 2007) com abordagem qualitativa, com o intuito de desenvolver um panorama detalhado sobre a violência obstétrica no Brasil. A pesquisa foi conduzida a partir de um protocolo estruturado, que incluiu a definição clara do tema e a formulação de uma pergunta orientadora para guiar a investigação.

Inicialmente, a busca por artigos relevantes foi realizada em três bases de dados eletrônicas de grande importância para a área da saúde e enfermagem: Scielo, Lilacs e PubMed. A escolha dessas bases deveu-se à sua abrangência e relevância na disseminação de conhecimento científico. Os descritores utilizados na busca incluíram "Violência obstétrica",

"Enfermagem", "Parto" e suas respectivas traduções e sinônimos, conforme estabelecido pelos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). A estratégia de busca foi aperfeiçoada através da combinação de palavras-chave e operadores booleanos, com o intuito de ampliar a cobertura e relevância dos resultados.

Os critérios de inclusão para a seleção dos materiais foram rigorosos. Foram incluídos artigos publicados entre 2014 e 2023, disponíveis em texto completo, e escritos em inglês ou português. Além disso, os artigos precisavam ser relevantes para o tema da violência obstétrica e práticas de enfermagem. Foram excluídos estudos que não abordassem diretamente o conceito de violência obstétrica, aqueles que não fornecessem dados empíricos ou análises substanciais sobre o tema, e publicações fora do escopo temporal estabelecido.

A seleção dos estudos ocorreu em duas fases. Na primeira fase, os títulos e resumos dos artigos foram examinados para determinar sua relevância inicial. Na segunda fase, os textos completos dos artigos selecionados foram revisados para assegurar que atendiam aos critérios de inclusão. A extração de dados foi conduzida de maneira sistemática, focando em informações relacionadas aos tipos de violência obstétrica, suas causas e consequências, e o papel da enfermagem na mitigação desses abusos.

A análise dos dados seguiu a metodologia de análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2016). A análise foi conduzida em três etapas principais: a pré-análise, que envolveu uma leitura flutuante dos artigos para familiarização com o conteúdo e definição de categorias analíticas preliminares; a exploração do material, que incluiu a codificação dos dados e a identificação de temas recorrentes relacionados à violência obstétrica e práticas de enfermagem, utilizando técnicas de codificação aberta e axial; e o tratamento dos resultados, que envolveu a interpretação dos dados com base nas categorias emergentes e a comparação com a literatura existente. Esta etapa visou integrar os achados qualitativos e quantitativos, quando aplicável, para fornecer uma visão abrangente sobre o panorama da violência obstétrica no Brasil.

Em termos de aspectos éticos, dado que a pesquisa se baseou exclusivamente na revisão de literatura, não foi necessária a submissão ao comitê de ética. No entanto, foram seguidos rigorosamente os princípios éticos de respeito aos direitos autorais, conforme estabelecido pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais.

3. Resultados e Discussão

Definição e Conceito de Violência Obstétrica

A violência obstétrica é um fenômeno complexo que se caracteriza pela apropriação do corpo da mulher e dos processos reprodutivos por profissionais de saúde, manifestando-se através de um tratamento desumanizado e da imposição de práticas médicas que comprometem a autonomia da paciente (OMS, 2021). Segundo Oliveira (2013), a violência obstétrica inclui qualquer ação que cause ofensa à mulher grávida, parturiente ou puérpera, resultando em sentimentos de desrespeito e inferiorização. Lessa (2011) amplia essa definição ao abordar como essas práticas violam os direitos da mulher, sua autonomia e integridade física e psicológica durante a assistência ao parto.

Recentemente, a literatura tem explorado como a violência obstétrica vai além das práticas físicas, incluindo dimensões psicológicas que afetam gravemente o bem-estar das mulheres (Matos et al., 2017; Carvalho et al., 2020). Estudos indicam que o tratamento desumanizado e a imposição de intervenções desnecessárias durante o parto não só comprometem a autonomia da mulher, mas também têm consequências duradouras sobre sua saúde mental e emocional (Barros et al., 2022; Silva, 2023). A violência obstétrica é, portanto, uma violação grave dos direitos humanos e evidencia a necessidade urgente de reformas nas práticas institucionais e na formação dos profissionais de saúde para garantir um atendimento mais humanizado e respeitoso (Diniz et al., 2015; Ribeiro et al., 2021).

Tipos e Manifestações de Violência Obstétrica

A violência obstétrica pode ser categorizada em física e psicológica, com implicações profundas para a saúde e o bem-estar das mulheres. A violência psicológica inclui ações verbais e comportamentais que causam sentimentos de inferioridade e insegurança, como agressões verbais e atitudes desrespeitosas (Silva, 2022; Ribeiro et al., 2021). Comentários ofensivos e humilhantes são frequentemente normalizados no ambiente hospitalar, mas têm um impacto devastador na saúde mental das mulheres, contribuindo para um trauma psicológico significativo (Matos et al., 2017; Santos et al., 2023).

Por outro lado, a violência física refere-se a práticas invasivas e desnecessárias que comprometem a integridade física da mulher. Exemplos incluem o uso indiscriminado de ocitocina, lavagem intestinal, e a realização de episiotomia sem indicação médica (Sousa, 2008; Muniz & Barbosa, 2012). Essas práticas não apenas desconsideram o bem-estar da parturiente, mas também violam seus direitos à autonomia e à privacidade, refletindo uma abordagem desumanizada no atendimento obstétrico (Oliveira & Lima, 2023).

A literatura atual ressalta a necessidade de uma abordagem crítica e informada para compreender a violência obstétrica e suas implicações (Schiavo et al., 2018; Domingues et al., 2018). A identificação e a análise detalhada das práticas abusivas são essenciais para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam um atendimento mais humanizado e respeitoso. A evidência acumulada sugere que mudanças substanciais na formação dos profissionais de saúde e nas políticas institucionais são cruciais para reduzir a incidência de violência obstétrica e melhorar a qualidade do atendimento ao longo do ciclo perinatal (Barros et al., 2022; Silva, 2023).

Nuances da violência obstétrica no Brasil

A violência obstétrica no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta em diversas formas de abuso e desrespeito durante o atendimento pré-natal, o parto e o pós-parto. Essa violência pode ser física, psicológica ou verbal e reflete uma falha sistêmica na garantia dos direitos das mulheres e na qualidade dos cuidados oferecidos. Segundo o estudo de D'Oliveira et al. (2022), a violência obstétrica está frequentemente associada a um modelo de assistência que desconsidera a autonomia e o bem-estar da gestante, refletindo práticas de medicalização excessiva e despersonalização do atendimento.

Além disso, uma pesquisa conduzida por Lima e Silva (2023) revela que a violência obstétrica é mais prevalente em contextos de desigualdade social e econômica. Mulheres de classes sociais mais baixas e de minorias étnicas são desproporcionalmente afetadas, o que indica uma interseção entre discriminação social e práticas de atendimento inadequadas. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas para a inclusão e a equidade no atendimento obstétrico.

A violência obstétrica também se reflete na falta de informação e no desrespeito ao consentimento informado. De acordo com Barros et al. (2024), muitas mulheres relatam ter sido submetidas a procedimentos invasivos sem o devido esclarecimento e consentimento, evidenciando uma violação dos direitos reprodutivos e da autonomia das pacientes. Essa prática é particularmente alarmante, pois compromete a confiança das mulheres no sistema de saúde e pode resultar em traumas psicológicos duradouros.

A percepção da violência obstétrica por parte das gestantes é outro aspecto relevante. Um estudo realizado por Pereira et al. (2023) mostra que a maioria das mulheres vítimas de violência obstétrica não tem consciência plena da violação de seus direitos, muitas vezes normalizando o tratamento abusivo recebido. Essa falta de reconhecimento pode ser atribuída à normalização da violência no contexto do parto e à escassez de mecanismos de denúncia eficazes.

Em resposta a essas questões, pesquisadores como Santos e Ferreira (2024) têm defendido a implementação de medidas educativas e regulamentares para combater a violência obstétrica. Entre as propostas estão a formação contínua dos profissionais de saúde sobre direitos das gestantes, a criação de protocolos de atendimento humanizado e a promoção de uma

cultura de respeito e dignidade no atendimento obstétrico. Tais medidas visam transformar o paradigma atual e garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados.

A Violência Obstétrica, a Formação Profissional e o Papel da Enfermagem na Prevenção da Violência Obstétrica

A formação e a prática dos profissionais de saúde desempenham um papel crucial na perpetuação ou mitigação da violência obstétrica. Estudos indicam que a formação inadequada e a falta de sensibilização sobre os direitos das mulheres e a importância de um atendimento humanizado contribuem para a persistência desse fenômeno (Matos et al., 2017; Reis et al., 2019). A educação contínua e a implementação de protocolos que enfatizem o respeito e a empatia são fundamentais para a mudança das práticas obstétricas e para a promoção de um atendimento mais ético e respeitoso (Diniz et al., 2015; Ribeiro et al., 2021).

Além disso, a pressão institucional por partos rápidos e a sobrecarga de trabalho dos profissionais de saúde muitas vezes resultam em práticas inadequadas e no desrespeito pelos direitos das mulheres (Carvalho et al., 2020; Barros et al., 2022). Reformas no sistema de saúde e políticas que priorizem a qualidade do atendimento e o bem-estar das pacientes são necessárias para enfrentar esses desafios (Silva, 2022; Oliveira & Lima, 2023).

Neste contexto, os enfermeiros desempenham um papel essencial na prevenção da violência obstétrica e na promoção de um atendimento humanizado. Eles são responsáveis por assegurar que a experiência do parto seja segura e respeitosa, e por intervir quando práticas inadequadas são identificadas (Commadre, 2019; Santos et al., 2020). A formação dos profissionais de enfermagem deve incluir aspectos relacionados à comunicação efetiva, ao manejo da dor e ao suporte emocional, com o objetivo de garantir um ambiente de parto respeitoso e acolhedor (Reis et al., 2019; Oliveira & Lima, 2023).

Além disso, a atuação proativa dos enfermeiros na educação das gestantes sobre seus direitos e opções durante o parto é crucial para empoderar as mulheres e promover uma experiência de parto mais positiva (Domingues et al., 2018; Santos et al., 2023). A prática baseada em evidências e a adesão a protocolos que assegurem o respeito pelos direitos das mulheres e a promoção de um atendimento humanizado são estratégias chave para reduzir a incidência de violência obstétrica e melhorar a qualidade do atendimento (Barros et al., 2022; Silva, 2023).

Contribuições para a Prática

As práticas de saúde precisam evoluir para um modelo que valorize a autonomia e o respeito às mulheres. A educação continuada dos profissionais de saúde, a implementação de protocolos humanizados e o fortalecimento de políticas públicas inclusivas são passos essenciais para reduzir a violência obstétrica (Reis et al., 2019; Oliveira & Lima, 2023). Além disso, a conscientização das gestantes sobre seus direitos pode promover experiências de parto mais seguras e satisfatórias.

4. Considerações Finais

A pesquisa sobre a violência obstétrica no Brasil visa iluminar as complexas dinâmicas que envolvem o tratamento desrespeitoso e abusivo das mulheres durante o ciclo de gestação e parto. A análise dos dados revela que a violência obstétrica é um problema significativo, que afeta desproporcionalmente mulheres de contextos socioeconômicos mais vulneráveis e minorias étnicas. Os resultados confirmam a hipótese de que práticas inadequadas e despersonalizadas estão profundamente enraizadas no sistema de saúde, refletindo uma necessidade urgente de reformas que priorizem o respeito e a autonomia das gestantes.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a dificuldade em obter dados amplamente representativos devido à subnotificação e ao medo de retaliação por parte das vítimas. Muitas mulheres não denunciam abusos ou não reconhecem a violência sofrida, o que limita a capacidade de generalizar os achados para toda a população. Além disso, a pesquisa se baseou

predominantemente em relatos qualitativos, o que, embora forneça uma visão profunda das experiências das vítimas, pode não capturar todas as nuances quantitativas do fenômeno.

Apesar dessas limitações, a pesquisa contribui significativamente para a compreensão da violência obstétrica e oferece recomendações concretas para a melhoria das práticas de atendimento. Os achados destacam a necessidade de formação contínua para profissionais de saúde sobre direitos das gestantes e a implementação de protocolos de atendimento humanizado. Também evidenciam a importância de políticas públicas que promovam a equidade e o respeito no cuidado obstétrico, além de incentivar a criação de mecanismos eficazes para denúncia e suporte às vítimas.

Em suma, a pesquisa não apenas esclarece as dimensões da violência obstétrica no Brasil, mas também propõe caminhos para a transformação do sistema de saúde, visando garantir que todas as mulheres recebam atendimento digno e respeitoso. A continuidade dos esforços para enfrentar essa questão é essencial para assegurar que as políticas e práticas obstétricas evoluam em direção a uma abordagem mais humana e equitativa.

Agradecimentos

Agradecemos à Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) pelo apoio financeiro, que foi essencial para a disseminação do conhecimento gerado por esta pesquisa.

Referências

- Alves, J. M. (2017). Violência obstétrica: um olhar para as práticas de cuidado. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(6), 1156-1163.
- Barros, S. S., Lima, D. L., & Costa, C. G. (2022). Impacto da violência obstétrica na saúde mental das mulheres: uma revisão sistemática. *Jornal de Saúde Pública*, 56(3), 482-490.
- Bernardo, R. M., & Queiroz, M. A. (2020). Violência obstétrica e a humanização do parto: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia*, 42(2), 85-93.
- Carvalho, M. F., Souza, M. A., & Almeida, J. C. (2022). A violência obstétrica e suas implicações na saúde da mulher: uma revisão crítica. *Revista de Enfermagem*, 25(1), 34-42.
- Cavalcante, L. T. C., & Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 82-100. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>
- Commadre, E. (2019). A importância da humanização no atendimento ao parto: reflexões sobre práticas e políticas. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 19(4), 789-798.
- Domingues, R. M., & Silva, R. M. (2018). Práticas de violência obstétrica e o impacto na experiência do parto. *Jornal Brasileiro de Enfermagem*, 71(5), 815-823.
- Diniz, S. G., & Lacerda, F. S. (2015). Violência obstétrica: uma análise das práticas e das políticas de saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 123-135.
- Matos, P. B., Silva, M. A., & Souza, L. D. (2017). Formação profissional e violência obstétrica: uma análise das deficiências na educação em saúde. *Revista Brasileira de Educação*, 22(1), 56-72.
- Muniz, R. M., & Barbosa, A. C. (2012). Procedimentos invasivos e violência obstétrica: análise crítica e implicações para a prática. *Revista de Enfermagem Obstétrica*, 9(3), 213-220.
- Oliveira, C. A., & Lima, M. F. (2023). A atuação da enfermagem na prevenção da violência obstétrica: desafios e oportunidades. *Jornal de Práticas Clínicas*, 30(2), 190-201.
- Pereira, A. S., et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book gratuito]. Santa Maria/RS: Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Reis, E. L., Costa, M. R., & Silva, A. P. (2019). Educação e formação dos profissionais de saúde frente à violência obstétrica: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Medicina*, 58(4), 477-487.
- Ribeiro, M. T., & Almeida, T. P. (2021). A influência da pressão institucional nas práticas obstétricas: um estudo sobre a violência obstétrica. *Revista Brasileira de Políticas de Saúde*, 27(1), 12-20.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Santos, L. F., Pereira, M. R., & Silva, L. B. (2020). Violência obstétrica e a importância da humanização no atendimento ao parto: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde*, 30(6), 712-723.

Silva, T. A. (2022). Aspectos psicológicos e emocionais da violência obstétrica: uma revisão crítica. *Jornal de Psicologia da Saúde*, 25(2), 105-115.

Sousa, A. C. (2008). Intervenções obstétricas e sua relação com a violência obstétrica: uma análise das práticas. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 30(4), 258-267.